

Concursos B e C

Presidente — Engenheiro José Carlos de Sousa Nogueira, Director do Departamento de Obras Municipais; Vogais efectivos — Engenheira Fernanda Maria Morais Lemos, Chefe da Divisão de Instalações e Artur Agostinho Pinto Coelho, Chefe de Armazém, substituindo o primeiro dos quais o Presidente nas suas faltas e impedimentos; Vogais suplentes — Eng.ºs Fernando Augusto Gonçalves, Técnico Superior (Engenheiro Civil) Assessor e Isabel Maria Taveira Ribeiro, Técnica Superior (Engenheira Civil) Assessora Principal.

Concurso D

Presidente — Arquitecto Joaquim Emílio Canudas Vilalta, Director do Departamento de Urbanismo; Vogais efectivos — Engenheiro José Carlos de Sousa Nogueira, Director do Departamento de Obras Municipais e Arquitecto António Hermano Neto Mendes de Carvalho, Chefe da Divisão de Projectos, substituindo o primeiro dos quais o Presidente nas suas faltas e impedimentos; Vogais suplentes — Arquitecta Diana Isabel Gonçalves de Paz Sequeira, Chefe da Divisão de Licenciamento, Gestão e Planeamento Urbanístico, em regime de substituição e Engenheira Fernanda Maria Morais Lemos, Chefe da Divisão de Instalações.

14 — Métodos de selecção:

Concurso A

Prova prática oral de conhecimentos

Execução de alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimentos, podendo também fazer o respectivo reboco;

Proceder ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias e

Execução de muros e estruturas simples, com ou sem armaduras.

Concurso B

Prova prática oral de conhecimentos

Construção, montagem e colocação no local de utilização estruturas, cofragens e moldes de madeira destinados a construção de betão simples ou armado, utilizando ferramentas, tais como serras, martelos, níveis de bolha de ar e fios de prumo e

Construção e montagem de cofragens de vários tipos de túneis, esgotos, sapatas, colunas, paredes, vigas, lages, consolas, escadas e outras obras.

Concurso C

Prova prática oral de conhecimentos

Manutenção e controlo de máquinas e motores;

Reparação, afinação, montagem e desmontagem dos órgãos de viaturas ligeiras e pesadas a gasolina ou a diesel, bem como outros equipamentos motorizados ou não e

Execução de outros trabalhos de mecânica geral.

Concurso D

Prova escrita de conhecimentos gerais e específicos

Regime de férias, faltas e licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março com as alterações produzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio de 11 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio e

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 117/01, de 4 de Junho e Lei n.º 650/2007, de 4 de Setembro.

A prova de entrevista profissional de selecção será aplicada a todos os concursos — visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, incidindo sobre os seguintes factores de apreciação:

Maturidade e motivação para o desempenho do cargo;

Interesse e experiência profissional;

Capacidade de expressão;

Espírito de iniciativa;

Capacidade de relacionamento interno e externo e

Qualificação e perfil para o cargo.

A ordenação final dos candidatos será a resultante da média aritmética das classificações obtidas em todas as operações de selecção, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PC + EPS}{2}$$

em que:

CF = Classificação final

PC = Prova de conhecimentos e

EPS = Entrevista profissional de selecção

Todos os factores serão ponderados na escala de zero a vinte valores, sendo todos os valores obtidos aproximados até às centésimas.

A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores.

Os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores serão eliminados.

14.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção constarão de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos legítimos interessados, sempre que solicitadas e para efeitos de consulta, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

301114408

Aviso n.º 362/2009

Por despacho de hoje, nomeei provisoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o diplomado do CEFA, Pedro Miguel Moreira Alves, para ocupar um lugar de Assistente Administrativo, mediante consulta efectuada àquela Instituição sobre reserva de recrutamento, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

O nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente Avisos no *Diário da República*.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

301138611

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**Aviso n.º 363/2009****Concurso interno de acesso limitado para provimento de quatro lugares de assistente administrativo principal**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19/12/2008, nomeei por urgente conveniência de serviço com efeitos à mesma data, para os lugares de assistente administrativo principal, as candidatas Maria da Assunção do Espírito Santo Rodrigues, Sandra Margarida Pereira Marques Lopes dos Santos, Maria da Conceição Caseiro Xavier Fernandes e Maria Eduarda Espinheira Martins, aprovadas no concurso em epígrafe, aberto por aviso datado de 24 de Setembro de 2008 e afixado no placar da secção de recursos humanos em 26 de Setembro de 2008. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Beraldino José Vilarinho Pinto*.

301138944

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO**Aviso n.º 364/2009**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, datado de hoje, no uso de competência própria conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi reclassificada profissionalmente, com fundamento nas alíneas d) e e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que adapta à Administração Local do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a funcionária Maria de Fátima Gomes Perestrelo, com a categoria de Técnico Principal — Gestão, escalão 1, índice 400, para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe — Gestão, escalão 1, índice 400, com efeitos a partir de hoje.

Atendendo que a referida funcionária exerce as funções correspondentes à categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe — Gestão, por um período superior a um ano, foi dispensada a nomeação em comissão de serviço extraordinária, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas).

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes*.

301102266

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

Aviso n.º 365/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 18 de Dezembro de 2008 e nos termos do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pelas respectivas alterações, foi concedida a licença sem vencimento por um ano ao Técnico Profissional de 1.ª classe — área de construção civil deste Município António Fernando Pinto do Amaral, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

301123504

Aviso n.º 366/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 18 de Dezembro de 2008 e nos termos do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pelas respectivas alterações, foi concedida a licença sem vencimento por um ano ao Técnico Profissional de 1.ª classe — área de construção civil deste Município Rogério Almeida Correia Lopes, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2008.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

301123756

Aviso n.º 367/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho n.º 186/2008, de 09 de Dezembro de 2008, em conformidade com o n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi exonerado o Sr. Hermínio Gaspar Monteiro, das funções de adjunto do gabinete de apoio pessoal do Presidente da Câmara.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Soares Marques*.

301123942

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aviso n.º 368/2009

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, à Administração Local, se torna público que, decorridos os trâmites do concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de pedreiro principal — grupo operário, aberto nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, por aviso afixado nos Paços do Município, em 1 de Agosto, por meu despacho 40/2008/RH, de hoje, nomeei os funcionários António Freire Alexandre e António Almeida Leitão, como pedreiro principal.

Os candidatos devem aceitar as nomeações no prazo de 20 dias, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

2 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências, o Vice-Presidente, *José Manuel Saraiva Cardoso*.

301060608

Aviso n.º 369/2009

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, à Administração Local, se torna público que, pelo Despacho

n.º 39/2008/RH, de 24 de Novembro do corrente ano, foram reclassificados profissionalmente, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, os seguintes funcionários:

João Lucas Ramos, Cantoneiro de Vias Municipais para Jardineiro, com o vencimento mensal correspondente ao escalão 1, índice 233;

João Duarte Vicente Sabugeiro, Cantoneiro de Vias Municipais para Calceteiro com o vencimento mensal correspondente ao escalão 1, índice 184.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizada consultada ao Sistema Integrado de Gestão e Apoio à Mobilidade Especial (sigAME), com os códigos de oferta n.º P20087358 e P200867359, e constatada a inexistência de candidatos.

Os funcionários deveram aceitar a nomeação no prazo de 20 dias, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências, o Vice-Presidente da Câmara, *José Manuel Saraiva Cardoso*.

301085751

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Aviso (extracto) n.º 370/2009

Reclassificação profissional. — Para os devidos efeitos, e em cumprimento da alínea a), do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 11 de Dezembro de 2008, procedi à reclassificação profissional dos funcionários abaixo mencionados, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do Dec. Lei n.º 218/2000, no uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000:

António Magalhães Ribeiro — motorista de pesado, posicionado no escalão 4, índice 189, passa para motorista de transportes colectivos, escalão 3, índice 199;

Alexandre Gonçalo Marinho Ferreira — condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, posicionado no escalão 3, índice 181, passa para motorista de transportes colectivos, escalão 2, índice 184.

Os referidos funcionários deverão aceitar os lugares, acima mencionados, nos termos, do n.º 2, do artigo 5.º da referida Lei n.º 218/2000, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas)

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira*.

301129597

Aviso (extracto) n.º 371/2009

Para os efeitos previstos no artigo 37.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e no uso das competências que me são conferidas, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se torna público que em cumprimento do meu despacho de 22 de Dezembro de 2008 e na sequência do concurso interno de acesso limitado, cujo aviso de abertura foi publicitado em 4 de Dezembro de 2008, foi nomeado, como Técnico Superior Assessor Principal — Médico Veterinário, Joaquim José do Couto Pinto Sousa Rocha.

O referido nomeado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira*.

301144119

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Aviso (extracto) n.º 372/2009

Cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20087038/SIGAME, e tendo o mesmo procedimento ficado deserto por não terem sido apresentadas quaisquer candidaturas, torna-se público,